

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GUEIRA
JOÃO CARLOS CRUZATO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CHAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMARAL BASQUILHA
MÓNICA SÓFIA CUNHA

Aos Exm^{os}. Senhores

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 2.º SEMESTRE DE 2025 -

INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira com referência ao exercício de 2025 do **MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR (Município)**.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do *Município*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.

RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em emitir a informação sobre a situação económica e financeira, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

ÂMBITO

Os trabalhos executados foram efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

1 de 23



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

Em consequência do exame efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de hoje, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira e análise de rácios – análise de contas de balanço e de resultados);
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados):
 - Despesa,
 - Receita,
 - Equilíbrio orçamental,
 - Indicadores orçamentais,
 - Plano plurianual de investimentos
- C. Nível de endividamento;
- D. Contratação pública
- E. Sistema de Controlo Interno
- F. Contabilidade de gestão, e
- G. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

O trabalho consistiu, entre outros, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de maior significado.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:



[Handwritten signature]

A. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

Gastos e Rendimentos	2025		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	588 151	3%	587 814	4%	337	0%
Fornecimentos e serviços externos	4 436 643	26%	3 931 467	24%	505 176	13%
Gastos com pessoal	6 661 576	39%	6 449 017	39%	212 559	3%
Transferências e subsídios concedidos	2 110 819	12%	1 860 320	11%	250 500	13%
Outros gastos	299 407	2%	655 341	4%	-355 934	-54%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 837 614	17%	2 766 157	17%	71 457	3%
Juros e gastos similares suportados	78 015	0%	128 396	1%	-50 382	100%
TOTAL	17 012 225	100%	16 378 512	100%	633 714	4%
Rendimentos					0	
Impostos, contribuições e taxas	1 527 847	9%	1 921 307	12%	-393 460	-20%
Vendas	394 856	2%	375 948	2%	18 908	5%
Prestações de serviços e concessões	438 657	3%	375 193	2%	63 464	17%
Transferências e subsídios correntes obtidos	12 740 657	76%	11 829 258	73%	911 399	8%
Outros rendimentos	1 556 514	9%	1 812 716	11%	-256 202	-14%
TOTAL	16 658 531	100%	16 314 422	100%	344 109	2%

A.1.1 Gastos

As rubricas com maior expressão são as referentes aos *Gastos com pessoal* (39%), aos *Fornecimentos e serviços externos* (26%) e aos *Gastos/reversões de depreciações* (17%):

- O acréscimo de 505 mil euros da rubrica *Fornecimentos e serviços externos* resulta essencialmente das seguintes situações:
 - Honorários*: com um aumento de 73 mil euros face ao período homologado, decorre essencialmente da contratação de individuais por avença de mão-de-obra qualificada para as áreas de turismo, espaços verdes, educação e desporto, de forma a colmatar a carência de pessoal nomeadamente nas escolas do Concelho e assegurar o normal funcionamento das atividades escolares. De acordo com os Serviços, verifica-se ainda um aumento do número de famílias oriundas de outros países que se têm fixado no Concelho, resultando num crescimento do número de alunos.



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- ii. *Publicidade*: com um aumento de 70 mil euros face ao período homologado, decorre essencialmente da contratação da entidade Níveis e Algoritmos no âmbito da dinamização da Campanha "Tempo, Estrelas e Sabores Inesquecíveis - Almodôvar 2025/26" cujo montante ascendeu a cerca de 50 mil euros;
 - iii. *Serviços de alojamento e de restauração*: com um aumento de 62 mil euros face ao período homologado, decorre essencialmente do maior número de refeições no âmbito do aumento do número de alunos bem como do aumento generalizado dos produtos alimentares.
 - iv. *Trabalhos especializados*, com um aumento de 57 mil euros face ao período homologado, decorre essencialmente da Organização de eventos e Projetos e serviços informáticos (no âmbito da elaboração do modelo de governação para a Estratégia Municipal de Inovação Digital do Município de Almodôvar.
- A rubrica *Gastos com o pessoal* apresenta o montante de 6.661 mil euros, representando cerca de 40% do total de gastos, e registou um aumento de 3% (213 mil euros) face ao período homólogo, decorrente do aumento da rubrica *Pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado* em 204 mil euros, em resultado de entre outros, das alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, do regime especial de aceleração do desenvolvimento de carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, da atualização da remuneração mínima mensal garantida, das atualizações da remuneração relativa ao trabalho suplementar, ajudas de custo e subsídio de transporte, com efeitos a 1 de janeiro de 2025;
 - A variação dos gastos é ainda explicada pela rubrica de *Outros gastos* que apresenta o montante de 300 mil euros, dos quais 86 mil euros respeitam a regularizações, nomeadamente do projeto *Almarte Escrita do Sul* (71 mil euros) que conforme relatório final, não é expectável o seu recebimento e registou uma diminuição de 356 mil euros face ao período homólogo, decorrente essencialmente da regularização das seguintes situações em 2024:
 - i. Valores recebidos indevidamente, no âmbito dos subsídios à exploração, relativos aos projetos *Saberes e Sabores* (87 mil euros), *Programa BEM-Beneficiação de Equipamentos Municipais-Balcão Único Municipal-Secretaria e Expediente/ Obras Particulares* (60 mil euros), por via da redução do investimento elegível e do ajustamento da comparticipação pela DGAL; e



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- ii. Desreconhecimento de verba a receber no âmbito do subsídio de ampliação e modernização do *Museu da Escrita do Sudoeste* no valor de 82 mil euros;
- iii. Desreconhecimento do valor contabilístico dos vários lotes do *Mártir e Santo e Gomes Aires* no montante de 159 mil euros, pela sua alienação;
- O aumento de 71 mil euros face ao período homólogo da rubrica *Gastos de depreciação e de amortização* decorre essencialmente da transferência de ativos tangíveis em curso para firme (1.467 mil euros).

A.1.2 Rendimentos

As rubricas com maior peso nos rendimentos de 2025 são os *Impostos, contribuições e taxas* (9%), as *Transferências e subsídios correntes obtidos* (76%) e os *Outros rendimentos* (9%):

- Na rubrica *Impostos, contribuições e taxas* (12%) o decréscimo verificado de 393 mil euros face ao ano anterior, deve-se essencialmente à receita da Derrama que em 2024 teve um aumento significativo, por via dos acertos de valores referentes a 2021 e 2023, no montante de 341 mil euros (A2.4);
- O saldo da rubrica *Transferências e subsídios correntes obtidos* no montante de 12.740 mil euros, regista um aumento de 911 mil euros face ao período homólogo, em resultado essencialmente, do aumento das transferências recebidas do artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 73/2013, o qual ascendeu a 536 mil euros e do aumento das receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) no montante de 411 mil euros, provenientes da Lei do Orçamento de Estado de 2025.
- Na rubrica *Outros rendimentos* a redução verificada de 256 mil euros face ao período homólogo deve-se essencialmente à alienação, em 2024, de 8 Lotes do *Mártir e Santo* e um lote do *Gomes Aires* pelo valor total de 214 mil euros, tendo-se apurado uma mais-valia no valor total de 55 mil euros; à regularização do subsídio relativo ao programa BEM-Beneficiação de Equipamentos Municipais "*Balcão Único Municipal-Secretaria e Expediente/ Obras Particulares*" no montante de 60 mil euros, decorrente do ajustamento da comparticipação pela DGAL



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

Handwritten signature and initials.

A.2. ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

Ativo, Património Líquido e Passivo	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	65 145 485	88%	65 505 325	90%	-359 840	-1%
Ativos intangíveis	150 276	0%	145 999	0%	4 277	3%
Participações financeiras	1 024 196	1%	956 117	1%	68 079	7%
Diferimentos	1 395	0%	0	0%	1 395	100%
Total do Ativo não corrente	66 321 352	90%	66 607 441	90%	-286 089	0%
Ativo corrente						
Inventários	598 895	1%	465 990	1%	132 904	29%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 105 049	1%	605 010	1%	500 039	83%
Clientes, contribuintes e utentes	149 406	0%	136 448	0%	12 958	9%
Outras contas a receber	603 413	1%	908 466	1%	-305 053	-34%
Diferimentos	42 917	0%	38 349	0%	4 568	12%
Caixa e depósitos	4 947 235	7%	4 003 457	6%	943 778	24%
Total do Ativo corrente	7 446 915	10%	6 157 721	8%	1 289 194	21%
TOTAL DO ATIVO	73 768 267	100%	72 765 162	100%	1 003 105	1%
Património Líquido						
Património / Capital	17 759 100	26%	17 759 100	27%	0	0%
Reservas	7 193 070	11%	7 193 070	11%	0	0%
Resultados transitados	12 390 224	18%	12 454 314	19%	-64 090	-1%
Outras variações no Património Líquido	31 057 963	46%	28 714 300	43%	2 343 663	8%
Resultado líquido do período	-353 694	-1%	-64 090	0%	-289 604	452%
Total do Património Líquido	68 046 664	100%	66 056 694	100%	1 989 970	3%
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	1 418 922	25%	1 870 337	28%	-451 415	-24%
Diferimentos	1 648 843	29%	2 578 873	38%	-930 030	100%
Outras contas a pagar	683 807	12%	657 846	10%	25 962	4%
Total do Passivo não corrente	3 751 572	66%	5 107 055	76%	-1 355 483	-27%
Passivo corrente						
Credores por transferências e subsídios concedidos	11 667	0%	0	0%	11 667	100%
Fornecedores	116 310	2%	0	0%	116 310	100%
Estado e outros entes públicos	129 679	2%	107 326	2%	22 354	21%
Financiamentos obtidos	439 318	8%	400 135	6%	39 183	10%
Fornecedores de Investimento	68 539	1%	1 399	0%	67 140	100%
Outras contas a pagar	895 644	16%	1 092 554	16%	-196 909	-18%
Diferimentos	308 874	5%	0	0%	308 874	100%
Total Passivo corrente	1 970 031	34%	1 601 413	24%	368 618	23%
TOTAL DO PASSIVO	5 721 603	100%	6 708 468	100%	-986 865	-15%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	73 768 267	100%	72 765 162	100%	1 003 105	1%



Constatámos da análise efetuada às contas de Balanço, relativas ao exercício de 2025 que não foi ainda possível garantir que todos os bens imóveis registados na contabilidade estão em conformidade com os registos na AT e Conservatória do Registo Predial, e *vice-versa* pelo que por não se encontrarem conciliadas aquelas realidades, não nos é possível validar a integralidade do património.

Para além da obrigação de cumprir os princípios contabilísticos, a necessidade de inventariação integral do património do Município, visa dar cumprimento ao disposto no Classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Alertamos para a necessidade de manter o trabalho de identificação de todo o património do Município e adotar medidas de controlo permanente dos ativos que realmente se mantêm em curso e os que, entretanto, entraram em funcionamento pleno.

A.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica apresentou a seguinte variação no período:

Designação	31/12/2021	Aquisições	Transferências	Alienações/Abates	31/12/2025
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais	392 384	0	0	0	392 384
Edifícios e Outras Construções	23 968 185	45 586	803 200	0	24 816 971
Infraestruturas	53 919 973	258 499	598 864	0	54 777 336
Património histórico, artístico e cultural	99 499		0	0	99 499
Bens domínio público em curso	1 683 563	870 405	-783 575	0	1 770 393
Subtotal	80 063 604	1 174 490	618 489	0	81 856 583
Ativos fixos tangíveis					0
Terrenos e recursos naturais	4 667 461	0	0		4 667 461
Edifícios e Outras Construções	8 241 077	5 919	23 156	0	8 270 152
Equipamento Básico	3 892 303	167 479	0	-14 071	4 045 711
Equipamento de Transporte	3 580 808	40 553	0	0	3 621 361
Equipamento Administrativo	989 360	22 151	0	-6522	1 004 989
Outros ativos fixos tangíveis	1 135 378	25 807	0	-303	1 160 882
Ativos fixos tangíveis em curso	1 083 920	1 022 381	-683 265	0	1 423 036
Subtotal	23 590 307	1 284 290	-660 109	-20 896	24 193 591
Ativo bruto	103 653 911	2 458 780	-41 621	-20 896	106 050 174
Depreciações acumuladas	-38 148 585	-2 776 941	0	20 837	-40 904 688
Ativo líquido	65 505 325	-318 161	-41 621	-59	65 145 485



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

A variação negativa desta rubrica, no montante líquido de 360 mil euros, reflete essencialmente o total de aquisições no período no montante de cerca de 2.459 mil euros (dos quais 1.893 mil euros respeitam a ativos em curso) deduzido das depreciações do período no montante de 2.777 mil euros.

Os aumentos mais significativos ocorridos no período estão relacionados com as seguintes empreitadas:

Empreitada	Valor
Sinalização horizontal	148 930
Requalificação Urbanística em Santa Clara -a- Nova	151 546
Estrada Municipal EM506-Troço do Mte. Romba em Santa Cruz	157 232
Rede de Abastecimento de água do Monte Malhão	148 921
Repavimentação dos arruamentos na Semblana	104 982
Edifício Paços do Concelho	150 739
Fração K e O do Edifício Antigo Matadouro	103 883
Extensão de Saúde da localidade de Semblana	97 167
Extensão de Saúde da localidade do Rosário	91 616
Requalificação dos espaços exteriores da EB1 de Santa Clara-a-Nova	91 637
Total	1 246 653

No exercício de 2025 encontram-se obras em curso no montante de 3.193 mil euros, dos quais 1.770 mil euros respeitam a Bens do domínio público e 1.423 euros respeitam a bens do domínio privado, no quadro abaixo destacamos as principais obras em curso:

Empreitada	Tipo	Valor
Requalificação do quarteirão localizado entre a R. Ferraria e R. Algarve	Bens de domínio público	123 382
Museu da Escrita "Mesa"	Bens de domínio público	325 786
Requalificação urbanística em Santa Clara-a-Nova	Bens de domínio público	752 411
Estrada Municipal EM506-Troço do Mte. Romba em Santa Cruz	Bens de domínio público	157 232
Rede de Abastecimento de água do Monte Malhão	Bens de domínio público	148 921
Repavimentação dos arruamentos na Semblana	Bens de domínio público	104 982
Requalificação Escola EB 2,3 Dr. João Brito Camacho	Bens de domínio privado	216 221
Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires	Bens de domínio privado	191 920
Edifício Paços do Concelho	Bens de domínio privado	150 739
Jardim de Infância de Almodôvar	Bens de domínio privado	103 533
Requalificação dos espaços exteriores da EB1 de Santa Clara-a-Nova	Bens de domínio privado	91 637
Fração K e O do Edifício Antigo Matadouro	Bens do domínio privado	103 883
Extensão de Saúde da localidade de Semblana	Bens do domínio privado	97 167
Extensão de Saúde da localidade do Rosário	Bens de domínio privado	91 616
Total		2 659 429



Destacamos no quadro abaixo, 12 obras das 31 que se encontram em curso, com início há mais de dois anos:

Empreitada	Último movimento	Valor
Centro dia Gomes Aires	2021	24 937
Requalificação Escola EB 2,3 Dr João Brito Camacho	2023	216 221
Creche no Loteamento Mártir Santo	2025	49 853
Área de acolhimento empresarial de Gomes Aires	2025	191 920
Loteamento Municipal Jardim Infância II na A. Fernandes	2020	3 064
Requalificação urbanística em Santa Clara-a-Nova	2025	752 411
Estrada de acesso à Ponte Romana	2023	6 518
EM506, da EN2 na Dogueno até limite do concelho	2021	21 696
Requalificação quarteirão entre a Rua da Ferraria Rua do Algarve	2021	123 382
Remodelação Museu Escritas do Sul	2025	325 786
Benef. troço adjacente à EN2 Dogueno/Almodôvar	2024	15 515
Centro alojamento de emergência social - Residência Estudantes	2022	36 551
Total		1 767 852

Das obras referidas no quadro anterior destacamos as seguintes:

- *Requalificação urbanística em Santa Clara-a-Nova*: esta obra teve início em 2015, tendo já o auto de receção provisória parcial, no entanto de acordo com as informações obtidas, encontram-se ainda trabalhos por realizar por divergências entre o município e o empreiteiro;
- *Remodelação do Museu Escritas do Sul*: esta obra teve início em 2021 estando em falta a revisão de preços definitiva que aguarda alteração orçamental;
- *Requalificação Escola EB 2+3 Dr. João Brito Camacho*: teve início em 2020 com estudos e projetos, no entanto a obra só começou em fevereiro de 2026;
- *Área de acolhimento empresarial de Gomes Aires*: esta obra teve em início em 2020 com estudos e projetos no montante 191 mil euros, está previsto publicitar as peças do procedimento de contratação pública em abril de 2026;
- *Requalificação quarteirão entre a Rua da Ferraria Rua do Algarve*: esta obra teve início em 2020 e aguarda retificação ao orçamento para os últimos 10% do valor do projeto;
- *Centro de dia Gomes Aires* iniciada em 2017, cujas despesas representam apenas 30% do projeto;



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

Deverá ser analisado pelos Serviços, com detalhe, o estado de execução das obras em curso apresentadas no quadro acima. A partir do momento em que uma obra passa a estar disponível para uso deverá iniciar a sua vida útil, e ser transferida para imobilizado firme e registadas as respetivas depreciações.

Por fim, continuam em análise os casos de imóveis pertencentes ao Município, cuja propriedade, na Autoridade Tributária não é comprovada. Na sua maioria, as situações detetadas, decorrem essencialmente do facto de não ter sido efetuada a alteração de titularidade dos prédios aquando da alteração de Número de Pessoa Coletiva do Município para o 506816184, e que ainda se encontram associados ao antigo número fiscal 680006400 da Câmara Municipal de Almodôvar.

Assim, não se encontra assegurada a concordância de registos entre a contabilidade, a Conservatória do Registo Predial e a Administração Tributária (AT) no tocante ao património imobiliário do Município de Almodôvar.

A.2.2. Participações financeiras

Esta rubrica apresenta um saldo de 1.024 mil euros referente essencialmente à valorização das participadas *Fundo de Apoio Municipal (FAM)* e *Resialentejo*, nos montantes de 391 mil euros e 628 mil euros respetivamente. O aumento de capital da Resialentejo, conforme Ofício datado de janeiro de 2025, por incorporação dos créditos da TGR (taxas de resíduos) cobrados em excesso, para o Município de Almodôvar consubstanciou-se num aumento do investimento em 68 mil euros, que justifica a variação ocorrida nesta rubrica face ao ano anterior.

A.2.3. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Esta rubrica apresenta um saldo de 1.105 mil euros e respeita aos valores a receber referentes aos projetos apoiados pelo Estado e cofinanciados. No período em análise verificou-se um aumento face ao período homólogo em cerca de 500 mil euros, devido essencialmente ao aumento de 468 mil euros referente à Requalificação das Extensões de Saúde de São Barnabé, Rosário e Semblana.

No 1º semestre de 2025 esta rubrica teve um acréscimo de 2.900 mil euros relativo à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho. Em junho de 2024 o MA recebeu o termo de aceitação da CCDR em que foi aprovado o subsídio para as obras nesta escola no montante de 4.143 mil euros com período de investimento até 20.06.2026, tendo recebido um adiantamento de 30% (1.243 mil euros) em julho de 2024 e o montante de 12 mil euros em janeiro de 2025. Em janeiro deste ano, o MA recebeu a notificação da decisão final de rescisão do contrato/ subsídio e pedido de devolução do adiantamento já recebido. Embora o Município



[Handwritten signature]

tenha contestado, em novembro último, procedeu à devolução dos valores recebidos (1.225 mil euros). O valor remanescente foi regularizado por contrapartida de rendimentos diferidos.

A.2.4. Outras contas a receber

Esta rubrica respeita essencialmente à especialização de rendimentos do exercício considerada na conta *Devedores por acréscimo de rendimentos*, no montante de 585 mil euros, relacionada essencialmente com as verbas de impostos diretos, tendo relevância a relativa ao IMI (562 mil euros). A redução desta rubrica face ao ano anterior respeita essencialmente à regularização da especialização efetuada em 2024, para a Derrama dos anos de 2021 e 2023 (Ofício da AT, recebido no início de 2025).

A.2.5. Caixa e Depósitos

Esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Caixa	8 120	6 676	1 445
Depósitos à ordem em instituições financeiras			
Caixa Geral De Depósitos	3 702 001	2 791 522	910 479
Millennium BCP	105 119	24 260	80 859
Banco BPI	800 548	817 377	-16 829
Caixa de Crédito Agrícola, CRL	15 362	15 554	-193
Novo Banco	108 319	93 277	15 042
Outros Depósitos			
IGCP, EPE	199 616	246 641	
Caixa Geral De Depósitos	8 150	8 150	0
Total	4 947 235	4 003 457	943 778

Esta rubrica apresenta um saldo de 4.947 mil euros a 31 de dezembro de 2025, com um aumento de cerca de 944 mil euros face ao exercício anterior, em resultado essencialmente do aumento das transferências do Orçamento do Estado (*FEF e artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013*) em cerca de 911 mil euros.

No que se refere aos saldos das contas de depósitos em instituições bancárias, verificamos que o MA procede à conciliação mensal de saldos e os movimentos em aberto nas conciliações bancárias encontram-se devidamente justificadas e suportadas.



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

No âmbito dos trabalhos de fecho do exercício foi efetuado o procedimento de confirmação externa de saldos com as entidades bancárias com que o Município opera, tendo verificado a sua concordância/conciliação com a contabilidade.

A.2.6 Património Líquido

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, durante o exercício de 2025, resumem-se conforme quadro seguinte:

Rubrica	31/12/2024	Aplicação RL 2024	Aumentos	Diminuições	31/12/2025
Património	17 759 100	-	-	-	17 759 100
Reservas	7 193 070	-	-	-	7 193 070
Resultados transitados	12 454 314	-64 090	-	-	12 390 224
Outras variações no Património Líquido	28 714 300		3 323 903	-980 240	31 057 963
Resultado líquido	-64 090	64 090		-353 694	-353 694
Totais	66 056 694	0	3 323 903	-1 333 934	68 046 663

A variação nos *Resultados transitados* reflete a aplicação do resultado líquido de 2024, aprovado na Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025.

Contribuiu para o acréscimo de 2.344 mil euros ocorrido na rubrica *Outras variações no Património*:

- As transferências e subsídios de capital com origem nas transferências de capital decorrentes do OE para 2025 (*Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF; Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013*), cujo montante ascendeu a cerca de 2.783 mil euros;
- Subsídios ao investimento no montante de 279 mil euros, respeitante às obras que transitaram para ativo firme e iniciaram a sua depreciação no exercício, nomeadamente 113 mil euros respeitam ao subsídio da obra Alargamento da Travessa Padre Mestre, 106 mil euros respeitam ao subsídio relativo ao projeto Requalificação urbana-Envolvente Biblioteca Municipal-INOVA PARQUE, 41 mil euros respeitam ao subsídio relativo ao projeto Requalificação EB 2/3 Dr. João Brito Camacho;
- A imputação a rendimentos dos subsídios ao investimento, na proporção das depreciações e amortizações dos ativos imobilizados afetos, no montante de cerca de 744 mil euros;

Salientamos que, a rubrica "Outras variações no Património" incluem 1.321 mil euros (FEDER e FSE) registados em *Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis*. Recomendamos o levantamento dos ativos associados a estes subsídios, devendo ser feito o controlo sobre os mesmos.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]
 Fife

A.2.7. Financiamentos obtidos

Esta rubrica inclui financiamentos obtidos de diversas instituições de crédito no montante de 1.858 mil euros, conforme quadro demonstrativo:

Designação	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	76 191	150 206	-74 015
DPI	1 126 400	1 267 200	-140 800
Novo Banco	560 000	746 667	-186 667
Empréstimo ALT20-07-1203-FEDER-000067	95 649	106 399	-10 750
Total	1 858 240	2 270 472	-412 232

Os saldos das entidades bancárias referidos no quadro anterior, encontram-se concordantes com o Mapa de Responsabilidades de Crédito (MRC) emitido pelo Banco de Portugal (BdP) com referência a 31 de dezembro de 2025.

Em 2018 foi celebrado um empréstimo no valor de 1.760 mil euros, com a finalidade de financiar as atividades de interesse municipal, encontrando-se em dívida, à data de 31 de dezembro de 2025, o montante de 1.126 mil euros, conforme mostrado no quadro acima.

No âmbito dos trabalhos de fecho do exercício foi efetuado o procedimento de confirmação externa dos financiamentos obtidos das entidades bancárias, tendo verificado a sua concordância com a contabilidade.

A.2.8. Fornecedores

O Município tem por procedimento efetuar os pagamentos das faturas em dívida até ao fecho do ano, no entanto no exercício de 2025 tal não foi possível, tendo ficado por pagar a fornecedores o montante de 116 mil euros, o que justifica o acréscimo ocorrido na rubrica.

A.2.9. Diferimentos (rendimentos a reconhecer)

Esta rubrica totaliza 1.958 mil euros, dos quais 1.649 mil euros respeitam aos subsídios ao investimento associados a ativos que se encontram em curso. Após os respetivos ativos iniciarem a sua vida útil, estes rendimentos a reconhecer serão reclassificados para a rubrica *Outras variações no Património Líquido*, passando a ser reconhecidos como rendimento, proporcionalmente às depreciações dos ativos que lhes estão subjacentes, em cumprimento com o princípio da especialização dos exercícios.



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

No exercício de 2025 verificou-se um decréscimo nos subsídios associados ao investimento no montante de 930 mil euros justificado pelo seguinte:

- Regularização dos subsídios no montante total de 1.627 mil euros, relacionados com a *Requalificação Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho-Fase I* no montante de 1.242 mil euros, *PAMUS Interface de Mobilidade Suave e Almodôvar* no montante de 209 mil euros, *Requalificação urbana-Envolvente Biblioteca Municipal-INOVA PARQUE* no montante de 64 mil euros e *Região Turismo - Parque de Caravanismo de Almodôvar* no montante de 61 mil euros, por não execução da obra;
- Atribuição do subsídio relacionado com a *Requalificação das Extensões de Saúde* no montante de 730 mil euros, do subsídio do *Centro de Acolhimento Visitantes e MUPI Rota Medronho* no montante de 204 mil euros e do subsídio *Reabilitação de 2 fogos Rua das Eiras (nº 5 e nº8)* no montante de 59 mil euros; e
- Transferência para a rubrica *Outras variações no Património líquido* do montante de 295 mil euros dos quais, 113 mil euros referem-se ao subsídio da obra *Req. envolvente Igreja Matriz de Almodôvar e Ruas do Núcleo Antiga da Vila*, 105 mil euros ao subsídio da obra *Requalificação urbana-Envolvente Biblioteca Municipal-INOVA PARQUE*, e 41 mil euros ao subsídio da *Requalificação Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho-Fase I*;

Esta rubrica inclui ainda o montante de 309 mil euros relativos a subsídios à exploração cujo gasto ainda não ocorreu, nomeadamente:

- *EEC PROVERE* no montante de 135 mil euros, referente a um subsídio no âmbito da gestão e coordenação do "Território regenerativo: agrofloresta multifuncional";
- *CLDS Contrato Local Desenvol. Social 5G* no montante de 80 mil euros, referente a um subsídio financiado pela Segurança Social que visa combater a pobreza e a exclusão social;
- *Centro de acolhimento a visitantes na Rota Medronho* no montante de 57 mil euros, com o objetivo de promover o turismo local, através da valorização do medronho, e reforçar a identidade cultural da região, destacando as tradições relacionadas com o medronho e fortalecendo a ligação dos habitantes locais com o seu património.



A.2.10. Outras contas a pagar

O saldo inscrito na rubrica de *Outras contas a pagar (não corrente)* refere-se principalmente a garantias prestadas por terceiros no montante de 682 mil euros, sendo estas principalmente respeitantes a obras efetuadas nos ativos do MA. Chamamos a atenção para o regime de liberação das cauções previsto no art.º 295.º do Código dos Contratos Públicos, recomendando que o MA proceda à análise das cauções existentes relativas a projetos já terminados, mas que ainda não foram objeto de devolução.

O saldo inscrito na rubrica de *Outras contas a pagar (corrente)* no valor de 896 mil euros inclui:

- 684 mil euros respeitantes à estimativa de remunerações a liquidar, nomeadamente férias, subsídio de férias e encargos relativos ao exercício de 2025 tendo-se apurado uma insuficiência no cálculo de cerca de 157 mil euros; e
- 132 mil euros referente a outros acréscimos de gastos, faturados por terceiros em 2026 nomeadamente: fornecimento de energia, incluindo iluminação pública (42 mil euros), tratamento de resíduos urbanos e respetivas taxas de resíduos (25 mil euros), comparticipação do cartão solidário e apoio à natalidade (22 mil euros).
- prestação da amortização de capital e juros do financiamento do Novo Banco, (50 mil euros), movimento registado pelo banco em outubro de 2025 e só registado pela contabilidade em janeiro de 2026.

Verificámos que não foram acrescidos os gastos com a "água em Alta" e "saneamento" do mês de dezembro, no montante total de 28 mil euros.

A.3. ANALISE DE RÁCIOS

Indicadores financeiros	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Liquidez geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	3,8	3,8	0%
Autonomia financeira (Património Líquido/Ativo)	92%	91%	1%
Solvabilidade (Património Líquido/Passivo)	11,9	9,8	21%

O rácio de Liquidez Geral evidencia, em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas pelos ativos que podem ser convertidos em "liquidez" no prazo de um ano. O ativo corrente do Município cobre o passivo corrente em cerca de 3,8, a 31 de dezembro de 2025, mantendo-se estático face ao período homólogo.



A Autonomia Financeira reflete a solidez financeira e a capacidade do Município para cumprir as suas obrigações não correntes. A mesma representa a percentagem dos ativos totais do Município financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o seu valor, menor é o peso do passivo no financiamento dos ativos. O indicador apresentado reflete uma forte autonomia financeira por parte do Município, que verificou uma ligeira melhoria face ao valor de 2024.

A Solvabilidade traduz a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo este último uma visão de curto prazo e a solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo. O indicador apresentado, superior a 100%, traduz uma situação financeira bastante estável.

B) EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

B.1 DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 17.086 mil euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 54%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa						
Código Rubrica Orçamental	Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	%	Compromissos assumidos	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução
D1	Despesas com o pessoal	7 342 500	23%	7 148 796	7 044 693	96%
D2	Aquisição de bens e serviços	6 359 215	20%	5 757 152	4 799 327	75%
D3	Juros e outros encargos	72 181	0%	65 216	65 216	90%
D4	Transferências correntes	2 016 192	6%	1 886 322	1 815 969	90%
D6	Outras despesas correntes	384 570	1%	333 634	311 886	81%
	Total das Despesas Correntes	16 174 658	52%	15 191 120	14 037 091	87%
D7	Aquisição de bens de capital	14 365 323	46%	4 642 353	2 405 819	17%
D8	Transferência e subsídios de capital	443 381	1%	299 708	277 411	63%
D9	Despesa com ativos financeiros	10 830	0%	10 750	10 750	99%
D10	Despesa com passivos financeiros	404 009	1%	401 482	354 815	88%
D11	Outras despesas de capital	10	0%	0	0	0%
	Total das Despesas de Capital	15 223 553	48%	5 354 293	3 048 796	20%
	Total	31 398 211	100%	20 545 414	17 085 887	54%



A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação. A despesa do *Município* será melhor analisada na ótica de gastos, uma vez que o registo da mesma é independente da capacidade de pagamento.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao exercício de 2025, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As despesas correntes apresentam um grau de execução de cerca de 87%, sendo que as *Despesas com o pessoal e Aquisição de bens e serviços* são as rubricas com maior peso, com execuções de cerca de 96% e 75% respetivamente.
- A rubrica Aquisição de bens de capital, sendo a que tem um maior peso na estrutura das despesas de capital (46%), apresenta um grau de execução de apenas 17%, justificada pelos Serviços pelo facto de muitos investimentos orçamentados pelo executivo anterior não terem continuidade com o novo executivo, nomeadamente as obras de *Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho* orçamentado no montante de 6.468 mil euros, e *Viadutos, arruamentos e obras complementares* orçamentado no montante de 1.367 mil euros. O valor orçamentado para a *Creche*, no montante de 2.334 mil euros, obteve o visto do Tribunal de Contas apenas em 2026, e para as *Instalações desportivas recreativas (Campo de Ténis e Padel)* cuja obra iniciou em dezembro de 2025.

De referir ainda que, no exercício de 2025, as despesas comprometidas totalizavam 20.545 mil euros correspondentes a 65% do orçamento de despesa (2024: 80%).

No que se refere à execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo da Execução Orçamental	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Dotação orçamental não comprometida *	Compromissos a transitar
Total da Despesa Corrente	16 174 658	15 191 120	983 538	1 011 044
Total da Despesa de Capital	15 223 553	5 354 293	9 869 260	2 298 897
Total	31 398 211	20 545 414	10 852 797	3 309 942

*Dotação orçamental não comprometida (diferença entre as Dotações corrigidas e os Compromissos assumidos)

Na sequência da análise ao mapa da execução orçamental da despesa apresentado pelo *Município*, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 31 de dezembro, representa cerca de 16% dos compromissos assumidos para o ano em análise (2024: 8%).



Handwritten signature and initials.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 10.853 mil euros e representa 35% do valor total orçamentado (2024: 20%).

B.2 RECEITA

O montante global da receita executada foi de 21.343 mil euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 68%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:

Controlo Orçamental da Receita						
Código	Descrição	Previsões corrigidas	%	Receitas Liquidadas	Receitas cobradas líquidas	Grau de Execução
R1	Impostos diretos	1 571 046	5%	1 630 007	1 541 173	98%
R2	Impostos indiretos	10	0%	0	0	0%
R4	Taxas, multas e outras penalidades	285 160	1%	290 668	275 130	96%
R5	Rendimentos de propriedade	404 020	1%	395 796	395 796	98%
R6	Transferências e subsídios correntes	13 400 026	43%	13 279 718	13 004 404	97%
R7	Venda de bens e serviços	912 336	3%	864 859	839 284	92%
R8	Outras receitas correntes	6 000	0%	5 419	5 365	89%
	Total das Receitas Correntes	16 578 598	53%	16 466 466	16 061 152	97%
R9	Venda de bens de investimento	170 010	1%	0	0	0%
R10	Transferências e subsídios de capital	8 782 815	28%	6 757 223	1 938 688	22%
R12	Passivos financeiros	2 500 000	8%	0	0	0%
R13	Outras receitas de capital	26 150	0%	2 165	2164,8	8%
	Total das Receitas Capital	11 478 975	37%	6 759 388	1 940 852	17%
R15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 010	0%	1 300	1 300	129%
R16	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	3 339 628	11%	3 339 628	3 339 628	100%
	Total das Outras Receitas	3 340 638	11%	3 340 928	3 340 928	100%
	Total	31 398 211	100%	26 566 781	21 342 932	68%

Em termos de execução da receita, verifica-se que as receitas cobradas líquidas no exercício de 2025, totalizam 21.343 mil euros (2024: 19.849 mil euros) correspondentes a 68% do orçamento de receita (2024: 88%).

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- As Receitas Correntes atingiram um grau de execução de 97% (2024: 94%), destacando-se a rubrica Receita fiscal (Impostos diretos), com um grau de execução dentro do esperado (98%), e a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes (97%); e



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

Handwritten signature and initials in blue ink.

- As Receitas de Capital, registaram no fim do período em análise, um grau de execução de 17% (2024: 71%), contribuindo principalmente para isso:
 - o subsídio da *Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho*, orçamentado no montante de 2.900 mil euros, revogado pela entidade financiadora por não se ter executado a obra (devido a problemas nos projetos que não previam a parte sísmica) tendo sido devolvidas as transferências recebidas no valor de 1.242 mil euros (A2.5), pelo que não existindo execução da obra também não é possível receber os subsídios inicialmente orçamentados;
 - o valor orçamentado para a *Área de acolhimento empresarial de Gomes Aires*, no montante de 1.300 mil euros, por incapacidade do Município para avançar com este projeto, dada a baixa comparticipação face ao custo total do projeto, está a ser ponderada a alocação da verba a outros projetos, ainda a definir;

Verificámos que a taxa de execução da receita se apresenta inferior a 85%.

Alertamos que se a taxa de execução da receita se apresentar inferior a 85% durante, pelo menos, 2 anos seguidos (79% em 2023, 88% em 2024, 68% em 2025), implica que ao fim do segundo ano consecutivo se despoleta o alerta precoce de desvios, previsto no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

B.3 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de valores totais o Município apresenta um Superavit orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Exec.
Total das Receitas orçamentais	31 398 211	21 342 932	68%
Total das Despesas orçamentais	31 398 211	17 085 887	54%
Superavit orçamental geral	0	4 257 045	

Durante o ano o Município apresenta as seguintes modificações orçamentais:

- Orçamento da despesa: vinte e duas alterações orçamentais e três revisões orçamentais;
- Orçamento da receita: vinte e duas alterações orçamentais e três revisões orçamentais;
- Plano das atividades mais relevantes: vinte e duas alterações orçamentais e três revisões orçamentais;
- Plano plurianual de investimentos: vinte e duas alterações orçamentais e três revisões orçamentais.

O saldo da gerência anterior foi ainda integrado no Orçamento.

Handwritten signature and initials

B.4 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2025

Execução do Plano Plurianual de Investimentos							
Objetivo	Descrição	Montante previsto	%	Montante previsto para o ano	%	Montante executado no ano	Execução Financeira anual
	<i>Funções gerais</i>						
111	Administração geral	1 973 530	4%	1 239 280	9%	570 129	46%
112	Proteção civil e luta contra incêndios	30	0%	30	0%	0	0%
	<i>Funções sociais</i>						
221	Educação	16 628 587	37%	8 883 577	62%	367 187	4%
222	Saúde	2 834 555	6%	574 535	4%	166 415	29%
223	Ação Social	2 523 544	6%	64 954	0%	7 306	11%
224	Habitação e serviços coletivos	6 517 733	15%	1 224 063	9%	335 809	27%
225	Serviços culturais, recreativos e religiosos	2 647 710	6%	1 247 370	9%	236 230	19%
	<i>Funções Económicas</i>						
331	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	6 010	0%	6 010	0%	0	0%
332	Indústria e Energia	106 530	0%	106 530	1%	99 873	94%
333	Transportes e comunicações	3 530 620	8%	910 400	6%	573 969	63%
334	Comércio e Turismo	13 560	0%	12 480	0%	1 115	9%
335	Outras funções económicas	4 797 053	11%	56 053	0%	47 786	85%
	<i>Outras Funções</i>						
443	Diversas	3 000 120	7%	40 060	0%	0	0%
	Total	44 579 582	100%	14 365 342	100%	2 405 819	17%

O grau de execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta para o ano corrente, em 31 de dezembro de 2025, uma taxa de 17%. Os programas com maior impacto, com valores orçamentados superiores a 500 mil euros para 2025 (111, 221, 222, 224, 225, 333) no seu conjunto representam cerca de 98% do orçamento do PPI para 2025, e apresentam uma taxa de execução de 16%.

B.5. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicadores orçamentais	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Grau de Execução Orçamental da receita	68%	88%	-23%
Grau de Execução Orçamental da despesa	54%	73%	-25%
Saldo global	4 257 045	3 339 628	27%
Saldo corrente	2 024 061	1 510 639	34%
Saldo de capital	-1 107 943	1 180 285	-194%



De forma genérica, comparativamente ao período homólogo de 2024, verifica-se, um agravamento no grau de execução orçamental da receita e da despesa e do saldo de capital e uma melhoria dos saldos global e corrente face ao período homólogo.

Conforme evidenciado no Relatório de gestão, em 31 de dezembro de 2025 verifica-se um equilíbrio, decorrente das receitas correntes cobradas serem superiores às despesas correntes com as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (nº 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), no montante de 1.729 mil euros (2024: 1.150 mil euros).

C) NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2025 o município cumpria o referido limite, fixado em 20.362 mil euros conforme publicação da DGAL.

D) CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Município, enquanto Entidade adjudicante ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos (CCP), está obrigado ao cumprimento do Código em matéria de contratação pública, designadamente, na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas e obras públicas.

Procedemos à análise de uma amostra de procedimentos de contratação adjudicados no exercício e não identificámos situações de exceção.

E) SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina (artigo 9º) a existência de um sistema de controlo interno que deve *"englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável."*



Realçamos, neste âmbito, que se mantém em vigor o ponto 2.9 do POCAL, relativo ao sistema de controlo interno, o qual reveste carácter obrigatório, sendo recomendável a atualização do sistema de controlo interno do Município, em conformidade com as disposições em vigor. O sistema de controlo interno do Município deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O Sistema de Controlo Interno do Município foi revisto, atualizado e aprovado através da reunião de Câmara de 1 de outubro de 2025 e publicado no Diário da República em 28 de outubro de 2025, para fazer face também à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2022, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

Recomendamos o acompanhamento periódico do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município, através da elaboração anual de um relatório sobre a sua execução, bem como da adequação e eficácia de controlo interno da Entidade.

F) CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 – Contabilidade de Gestão, veio aumentar a exigência das divulgações relacionadas com o sistema de contabilidade de custos. Esta deve permitir a obtenção de mapas de informação indicando o custo direto e indireto, com o respetivo rendimento associado (quando aplicável) por cada bem produzido ou serviço prestado, por cada função, unidade ou departamento ou atividade e por cada bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, conforme previsto no parágrafo 37 da referida NCP.

O Município implementou no decurso de 2023 a contabilidade de gestão, apresentando mensalmente um resumo dos custos e proveitos por funções e com a informação dos custos diretos e indiretos afetos a bens e serviços, em termos acumulados, por centro de responsabilidade.

G) RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise e inventariação do património dos bens do imobilizado do Município e ao seu correto registo informático, de forma a determinar os valores patrimoniais atualizados para posterior contabilização. Após este procedimento, devem ser atualizadas as depreciações de todos os bens e respetivas imputações de subsídios;



- Relativamente às obras em curso incluídas no *Ativo Fixo Tangível e Bens do domínio público*, recomendamos a continuação do trabalho realizado no decorrer dos exercícios anteriores, devendo ser efetuado um levantamento exaustivo dessas empreitadas de modo a averiguar se estão concluídas ou se estão prontas a ser utilizadas. A partir do momento em que uma obra passa a ter utilização, deverá ser transferida para imobilizado firme e devem ser calculadas as respetivas depreciações.
- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise relacionados com a aplicação na sua plenitude da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.

I) NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do Município, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 20 de abril de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

[Assinatura Qualificada] Carlos
Manuel Charneca
Moleirinho Grenha
Dados: 2026.04.20 18:28:00
+01'00'

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o nº 20160877